

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

Ordem de trabalhos

No dia 28 de fevereiro de 2023 decorreu a reunião plenária n.º1/2023 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em modo presencial, no edifício do Ministério da Saúde, e com recurso a meios telemáticos, pela aplicação *WebEx*, por forma a que alguns conselheiros pudessem igualmente participar na reunião. O CNS foi criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse dos novos membros do CNS
2. Apresentação dos membros do CNS: preocupações e expectativas
3. Novas Ordens profissionais a integrar no CNS
4. Apreciação e votação da Ata n.º 04/2022: Reunião Plenária de 27 de julho 2022
5. Apreciação da proposta de Lei de Saúde Mental
6. Dia Mundial da Saúde
7. Agenda de Reuniões para 2023
8. Relatório do CNS 2023

Assuntos discutidos

Após ser confirmada a existência de *quórum*, e ao abrigo do Art. 29.º, com as alterações no diploma [Lei n.º 72/2020, de 16/11](#) do Código do Procedimento Administrativo, foi dado início à reunião plenária.

1. Tomada de Posse

Por forma a ser dado cumprimento ao Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto de 2016, nos termos do número 1, do artigo 5.º, conjugado com a alínea b) do número 1 do artigo 8.º, o Presidente do CNS, Victor Ramos, deu posse aos novos membros do CNS: Dina Carvalho, em representação da UGT, da Comissão Permanente de Concertação Social; Ana Fernandes, em representação da Associação Nacional de Farmácias, da Comissão Permanente de Concertação Social e Ana Ferreira, em representação do Instituto Politécnico de Coimbra, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

2. Apresentação dos membros do CNS: preocupações e expectativas

Após a tomada de posse dos novos membros, o Presidente, Victor Ramos, deu início aos trabalhos da primeira reunião plenária do CNS, no ano de 2023 e solicitou aos conselheiros e aos peritos uma breve apresentação pessoal e quem representam, com indicação das preocupações e expectativas relativamente à situação da saúde no país e ao papel construtivo que o CNS deve continuar a desempenhar.

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

Victor Ramos informou ser médico, recentemente aposentado do Serviço Nacional de Saúde. Está ligado à Escola Nacional de Saúde Pública e à Universidade de Évora onde participou em 2021 e 2022 na criação da nova Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano e na implementação do Centro Académico Clínico do Alentejo.

Lucília Nunes, Vice-Presidente do CNS, informou ser docente no Ensino Superior na área de Enfermagem. Após indicar que já foi membro do CNS, em representação do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, durante dois anos, deu nota que a sua maior preocupação diz respeito ao CNS conseguir, em consenso, ter um papel ativo e interventivo na área da saúde, pelo que tem uma expectativa muito elevada sobre a capacidade de todos os membros se entenderem por forma a serem produzidos documentos, dados, estudos e relatórios para cumprir aquele que é o papel do CNS.

Ana Ferreira em representação do Instituto Politécnico de Coimbra, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, partilha das mesmas expectativas referidas por Lucília Nunes e referiu que o facto do CNS ser um grupo multidisciplinar é efetivamente uma mais-valia em termos de produção de documentos, nomeadamente documentos estratégicos que podem efetivamente ajudar não só o Governo, bem como outras instituições a promover o que é necessário em prol de uma melhor saúde.

José Carlos Martins, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, em representação da CGTP-IN apresentou como principal preocupação o acesso aos cuidados de saúde bem como os défices de capacidade de resposta dos dispositivos do SNS àquilo que são as necessidades das pessoas.

Óscar Gaspar, da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, em representação da CIP, reiterou a preocupação relativamente à questão do acesso aos cuidados de saúde. Realçou ainda, o documento assinado pelo Governo e os Parceiros Sociais, em outubro, no sentido de serem abordados os termos de sustentabilidade e competitividade do setor da saúde.

Dina Carvalho, representante da UGT, referiu que gostaria que as recomendações e o conjunto de trabalhos já desenvolvidos pelo CNS tivessem reflexo nas políticas de saúde.

Eduardo Azevedo, Coordenador da Comissão de Saúde Mental na Região Autónoma dos Açores, referiu que a sua preocupação passa por fazer desenvolver todas as ilhas, tendo em conta o contexto populacional das nove ilhas, com uma dispersão geográfica muito grande, e a sua dificuldade de gestão destas unidades.

Serafim Rebelo, representante da Ordem dos Enfermeiros, referiu que a sua preocupação está relacionada com a acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde que são prestados e questionou se não deveria, o CNS, pensar em algo diferente neste assunto, por forma a que a população possa usufruir do direito aos cuidados de saúde e a um custo que seja possível suportar.

Para **Ana Tenreiro**, representante da Associação Nacional de Farmácias (ANF), as suas preocupações estão relacionadas com as pessoas. Gostaria que as reuniões do CNS fossem focadas/relacionadas nas pessoas e não no que o próprio CNS possa achar que as pessoas desejam. Com isto, e com a eficiência dos processos, é possível gastar menos recursos e ter melhores resultados.

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

Humberto Martins, representante da ANF, a cessar funções no CNS e a ser substituído por Ana Tenreiro, aproveitou o momento para indicar que, na sua opinião, o CNS tem potencialidade para ser um espaço de pensamento e reflexão em saúde em Portugal e que pode melhorar com a regularidade dos trabalhos apresentados, bem como com a dinâmica e movimento dos vários conselheiros.

Isabel Magalhães, representante da Pulmonare, Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão, aproveitou para dar nota que gostaria que o CNS fosse um espaço de reflexão e que pudesse enriquecer e trazer de facto à saúde uma prioridade, pelo que a preocupação deve ser a qualidade de vida dos cidadãos, não estando apenas centrada na doença, como aconteceu no caso da pandemia COVID-19.

Jorge Veloso, representante das autarquias, da Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE, referiu que a sua maior preocupação está relacionada com o acesso aos cuidados de saúde para todos os cidadãos, bem como com a capacidade de resposta do SNS, principalmente nos territórios mais desfavorecidos, como é o caso do interior do país, onde para se ter acesso a uma consulta médica, é necessário percorrer vários quilómetros.

Luís Oliveira, representante da Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares (ADEB), para além de concordar com todas as questões anteriormente colocadas, acrescenta ainda a questão da falta de investimento no modelo psicossocial e a falta de investimento nas instituições comunitárias e nos recursos humanos.

Para **Dário Ligeiro**, representante da Ordem dos Biólogos, as maiores preocupações estão relacionadas com a importância de trazer as áreas da medicina de precisão e da medicina personalizada e estratégias inovadoras com elas relacionadas para a prática corrente da medicina e da oncologia.

Joana Sousa, representante da Ordem dos Nutricionistas, reforçou a importância do papel do investimento e da necessidade da promoção da saúde, uma vez que considera ser a prioridade onde é possível ter mais ganhos em saúde, onde o investimento é muito reduzido, em especial ao nível dos cuidados de saúde primários, bem como na segurança alimentar.

Diogo Valadas Ponte, representante da Associação Nacional AVC, referiu que as preocupações são múltiplas, tendo algumas já sido referidas. No entanto, reiterou que deve existir consciencialização e prevenção no SNS, sustentabilidade do SNS, bem como outros temas associados à promoção da saúde e à prevenção, ao acesso em termos de reabilitação e, nos cuidados de saúde primários, um envolvimento dos sobreviventes e respetivas famílias, nos processos de tomada de decisão e participação em saúde e saúde pública.

Joaquim Brites, representante da Associação Portuguesa de Neuromusculares, alertou para a efeméride do dia, Dia Mundial das Doenças Raras, e que é um dia em que se pretende, junto da Comissão Europeia, que todos os países adotem uma política comum relativamente às pessoas com doenças raras. As suas preocupações coincidem com todas as que já foram reportadas e que as sugestões de melhoria das mesmas se tornem realidade e efetivamente colocadas em prática.

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

Herberto Jesus, Diretor Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, referiu que a sua maior preocupação diz respeito ao envelhecimento da população nacional. Acrescentou que os recursos humanos estão desgastados e em conflito constante com um sistema de saúde ingerível. Desta forma, a abordagem não pode restringir-se a um Serviço Nacional de Saúde, mas sim a um Sistema Nacional de Saúde, sendo que os recursos humanos são uma parte do capital para a resposta ao cidadão.

Luísa Lima, do ISCTE - IUL em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, deu nota que as suas principais preocupações dizem respeito à saúde mental da população bem como à ligação entre a investigação e as políticas públicas de saúde.

Mónica Pereira Lourenço, em representação de Miguel Pavão, Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, reforçou as diversas referências sobre o papel do CNS, uma vez que é visto com grande importância, devendo ser um vetor vertical de ideias bem como dispor de uma agenda própria, por forma a levar as suas preocupações numa direção com resultados visíveis.

Margarida Cruz, em representação da Associação Acreditar, referiu que as suas preocupações são a três níveis: o acesso aos cuidados e a qualidade de vida do doente; a falta de uma estratégia para a população geriátrica do nosso país e uma preocupação, que é um desejo, que o CNS possa ter uma eficácia maior nas áreas onde atua.

Para **Miguel Ricou**, em representação da Ordem dos Psicólogos, as maiores preocupações estão centradas naquilo que é a promoção da saúde mental em Portugal, e sobretudo no período pandémico e pós pandémico.

José Carlos Gomes, enfermeiro e professor do Ensino Superior; perito do CNS, referiu que a sua preocupação é fundamentalmente conseguir, juntamente com o perito Gonçalo Figueiredo, apoiar o trabalho do CNS naquilo que são as discussões, resultados, orientação e indicações que o CNS tem dado e publicado nos últimos anos, sendo o desafio ver esse trabalho no terreno.

Para **Gonçalo Figueiredo**, médico, perito do CNS, o grande desafio passa por criar um consenso entre as várias preocupações ditas anteriormente e que seja criado um documento com impacto, que faça a diferença. Referiu ainda que o CNS tem tido sucesso desde o seu início, sendo respeitado, e o importante é que tem alimentado no seu repositório, um conjunto de documentos de saber e pensamento crítico, em Portugal.

Luís Lourenço, em representação da Ordem dos Farmacêuticos, referiu que a sua preocupação diz respeito ao método/ferramenta de trabalho na área do medicamento, pelo que os farmacêuticos irão ajudar na medida do possível e contribuir para aquilo que são as políticas de saúde.

Victor Ramos, referiu que enquanto Presidente do CNS, o seu papel essencial é o de contribuir e colaborar em tudo o que estiver ao seu alcance, pelo que tomou boa nota de todas as preocupações e expectativas transmitidas pelos conselheiros e peritos presentes.

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

3. Novas Ordens a integrar no CNS

O **Presidente** informou que existem duas candidaturas de Ordens a poderem integrar o CNS. Relativamente à Ordem dos Fisioterapeutas, a situação já foi encaminhada para a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, para ser dada continuidade ao processo de integração em Diário da República. Na sequência da perspetiva de uma saúde global das interligações entre o ambiente e a saúde humana e saúde animal, que são absolutamente interligadas e interdependentes, também se verificou a pertinência do CNS convidar igualmente a Ordem dos Médicos Veterinários.

4. Apreciação e votação da Ata n.º 04/2022 da reunião de 27 de julho 2022

O Presidente **Victor Ramos** questionou se algum dos conselheiros teria alguma objeção relativamente à ata n.º 4/2022 e se a mesma reflete adequadamente e com precisão o conteúdo da reunião. Sem objeções, a ata foi aprovada por unanimidade.

5. Apreciação da proposta de Lei de Saúde Mental

Na sequência do pedido da Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho – Saúde Mental, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, e por ter sido deliberado solicitar Parecer ao CNS relativamente à [Proposta de Lei n.º 24/XV/1.ª - Aprova a Lei de Saúde Mental e altera legislação conexas](#), o Presidente informou que a Proposta de Lei de Saúde Mental foi enviada e distribuída por todos os conselheiros, via correio eletrónico, acompanhado com uma compilação dos vários contributos que foram enviados por vários conselheiros, análise esta efetuada pela Vice-Presidente, Lucília Nunes.

Lucília Nunes, procedeu à leitura da proposta do Parecer do CNS a ser enviado à Assembleia da República, e face a esta questão, solicitou aos conselheiros que não tiverem oportunidade de enviar os seus contributos, que o fizessem com a máxima urgência para o endereço de correio eletrónico do CNS, com conhecimento de todos os conselheiros.

Joaquim Brites aproveitou para referir que na sua opinião, e de uma maneira geral, a Proposta de Lei é uma proposta abrangente sobre a saúde mental. Define efetivamente alguns critérios, sendo que os mesmos estão muito invocados na perspetiva de quem já sofre uma doença mental ou de quem tem de cuidar de alguém com uma doença mental e reflete muito pouco a necessidade de uma prevenção de quem cuida dos doentes que podem, numa continuidade, levar a doenças que não estão evidenciadas. Não contempla adequadamente a prevenção destas situações.

Para **Miguel Ricou**, o documento refere que o internamento só deve ser efetivado, caso o tratamento não possa ser realizado em contexto de ambulatório. Desta forma, o que dá a entender é que o internamento não é uma opção do médico que vai internar, seja em termos clínicos e análises clínicas, mas sim, e apenas, quando estão esgotadas todas as alternativas.

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

6. Dia Mundial da Saúde

Victor Ramos informou todos os presentes, que está nas atribuições do CNS colaborar com o Ministério da Saúde nos eventos associados ao Dia Mundial da Saúde, pelo que se aguarda contacto do Gabinete do Ministro nesse sentido.

7. Agenda de Reuniões para 2023

O **Presidente** sugeriu que as próximas reuniões plenárias de 2023 decorressem nos dias: 18 de abril, 20 de junho, 19 de setembro e 21 de novembro, com a seguinte proposta para cada reunião:

- Para o dia 18 de abril, apresentou como sugestão: trabalhar o primeiro documento do CNS, “Saúde em Portugal” e simultaneamente convidar a Equipa do Plano Nacional de Saúde 2021-2030, por forma a partilharem com o CNS como está a implementação do Plano, qual o dispositivo que está previsto para a sua execução, monitorização, avaliação e acompanhamento.
- Para a reunião plenária do dia 20 de junho, propõe retomar o Tema de “Todas as vozes contam” onde será abordada a questão da participação em todos os níveis, incluindo a participação do próprio utente, na gestão da sua própria saúde.
- Na reunião plenária do dia 19 de setembro, a ideia será o retomar da agenda para a Juventude 2020-2030 e qual a continuidade que o CNS lhe poderá dar.
- Na reunião plenária do dia 21 de novembro, propõe envolver os ex-presidentes e vice-presidentes do CNS para fazer o Balanço de 2017-2023, mas sobretudo para perspetivar o ciclo 2023-2026.

8. Relatório do CNS 2023

O Presidente **Victor Ramos** informou que em dezembro, em data a confirmar, será realizado o 6º fórum do CNS, como em anos anteriores, na Assembleia da República, por forma a ser apresentado o relatório do CNS, cuja tabela de conteúdos foi preparada em 2022.

O perito **Gonçalo Figueiredo Augusto** informou que o relatório incidirá sobre a informação de saúde e estará dividido em três aspetos: serviços em saúde; informação na perspetiva do conhecimento e informação na perspetiva do cidadão.

O Presidente **Victor Ramos**, face a esta questão, solicitou ao perito Gonçalo Augusto para preparar o documento do futuro relatório por forma a ser encaminhado para todos os conselheiros para que possam, assim, apresentar as suas propostas (texto ou notas).

Não tendo mais a acrescentar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu como terminada a reunião plenária.

Local: Ministério da Saúde
Data: 28 de fevereiro de 2023
Hora início/fim: 11h00 – 13h00

Membros do Conselho presentes nesta reunião:

ENTIDADES	REPRESENTANTES	
Presidente	Vitor Ramos	Presente
Vice-Presidente	Lucília Nunes	Presente
Representantes dos utentes	Associação Acreditar - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro - Margarida Cruz	Presente
	ADEB - Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares - Luís Manuel Nascimento Oliveira Couto	Presente
	ANAVC - Associação Nacional AVC - Diogo Valadas Ponte	Presente
	APN - Associação Portuguesa de Neuromusculares - Joaquim Brites	Presente
	PULMONALE - Associação Portuguesa de Luta contra o Cancro do Pulmão - Isabel Magalhães	Presente
	ANDAR - Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide - Arsiset Saraiva	1
Ordens Profissionais	Ordem dos Biólogos - Dário José Pirralha Ligeiro	Presente
	Ordem dos Enfermeiros - Serafim Rebelo	Presente
	Ordem dos Farmacêuticos - Luís Lourenço	Presente
	Ordem dos Médicos - Rubina Correia	2
	Ordem dos Médicos Dentistas - Mónica Pereira Lourenço em representação de Miguel Pavão	Presente
	Ordem dos Nutricionistas - Joana Sousa	Presente
	Ordem dos Psicólogos - Miguel Ricou	Online
Autarquias	Associação Nacional de Municípios Portugueses - Alfredo Monteiro	3
	ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias - Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso	Presente
Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	ISCTE - Luísa Lima	Presente
	Universidade Nova de Lisboa - José Fragata	-
Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos	Politécnico de Viseu - José Costa	-
	Politécnico de Coimbra - Ana Ferreira	Presente
Região Autónoma dos Açores	Coordenador da Comissão de Saúde Mental - Eduardo Azevedo	Presente
Região Autónoma da Madeira	Diretor Regional de Saúde - Herberto Jesus	Presente
Comissão Permanente de Concertação Social	CGTP-IN - José Carlos Correia Martins	Presente
	UGT - Dina Carvalho	Presente
	CIP - APHP - Associação Portuguesa de Hospitalização Privada - Óscar Gaspar	Presente
	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - ANF - Associação Nacional de Farmácias - Humberto A. M. T. Martins	Presente
	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - ANF - Associação Nacional de Farmácias - Ana Isabel da Silva Miragaia Tenreiro Fernandes	Presente
	CTP - António Abrantes	Presente
Conselho Nacional para a Economia Social	Manuel Caldas de Almeida	-
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	Miguel Oliveira da Silva	-
Peritos	Gonçalo Figueiredo Augusto	Presente
	José Carlos Rodrigues Gomes	Presente
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	Sofia Inácio	Online

¹²³ Justificou a ausência.